



POLÍCIA FEDERAL

LICI. PROJETO BÁSICO Nº 4624122/2017-APGEF/DPER/INC/DITEC/PF

Processo nº 08200.017305/2017-62

1. DO OBJETO

1. *Aquisição do equipamento sistema completo para sequenciamento massivo paralelo de DNA e de seus respectivos reagentes dedicados para uso na etapa de análise de perfis genéticos, para atender as demandas do laboratório da Área de Perícias em Genética Forense (APGEF) da Polícia Federal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:*

ITEM	DESCRIÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL
1	Analizador genético por tecnologia MPS: Analisador Genético (Sequenciador de DNA) por tecnologia MPS, validado para o uso em identificação humana. O sistema deve ser capaz de gerar leituras de fragmentos de até 600 pb e gerar 25 milhões de leituras (reads) por corrida. As corridas devem ser do tipo "paired-end", permitindo sequenciar ambas as pontas de um mesmo fragmento e gerar dados alinháveis de alta qualidade. O equipamento deve ser capaz de sequenciar simultaneamente até 58 STRs (microssatélites) e 94 SNPs (single-nucleotide polymorphisms) de identificação em até 96 amostras, utilizando kits validados. Deve ser também compatível com análises de sequencias de DNA mitocondrial humano e de outras espécies.		Ud.	01	R\$ 601.964,35

	Nº do catálogo: SY-411-1001 bundle				
2	Kit Forense de Sequência de assinatura de DNA: kit forense de sequência de assinatura de DNA que permite a amplificação simultânea de PCR de Aproximadamente 200 marcadores genéticos, contendo um combinação de sinais autossômicos, X e Y-STRs, mais painéis de SNPs informativos de identidade (iiSNPs) SNPs de informação ancestral (aiSNPs) e SNPs fenotípicos informativos. TG-parte específica Nº do catálogo: TG-450-1001		kit	03	R\$ 210.436,44
3	Kit de Reagente MiSeq FGx: kit de sequenciamento dedicado que contém todos os consumíveis necessários para o sequenciamento das bibliotecas geradas pelo kit Forense de Sequência de Assinatura de DNA. Nº do catálogo: TG-143-1001		kit	12	R\$ 76.028,64
4	Kit Reagente MiSeq v3 (600-ciclo): Kit Reagente MiSeq v3 (600-ciclo).Reagentes pronto para até 625 ciclos de Sequenciação no sistema MiSeq. Deve Incluir:Placa de reagente de extremidade emparelhada (600 ciclos), MiSeq Nº do catálogo: MS-102-3003		kit	24	R\$ 166.176,96
	Kit de preparação da				

5	biblioteca de DNA Nextera XT (96 Amostras): Kit de preparação da biblioteca de DNA Nextera XT (96 Amostras) Cada kit de preparação da biblioteca de DNA Nextera XT deve fornecer reagentes suficientes para preparar pequenos Genomas, ampliações de PCR e plasmídeos. As Bibliotecas devem preparar para sequenciação para até 96 amostras, com um baixo requisito de entrada de DNA. Nº do catálogo: FC-131-1096		kit	05	R\$ 68.561,55
6	Kit Nextera XT Index (96 índices, 384 amostras): Kit Nextera XT Index (96 índices, 384 amostras) sendo que cada Kit inclui 96 características únicas. Índices de preparação de biblioteca de seqüenciamento de cima para 384 amostras. Nº do catálogo: FC-131-1002		kit	02	R\$ 9.041,98

1.2. A garantia do equipamento deverá ser no mínimo 12 (doze) meses, prevalecendo o prazo de garantia do fabricante ou fornecedor, caso seja maior que o período de 12 meses. Deve vir acompanhado de manual de instrução. Em caso de o material apresentar problemas no decorrer da sua garantia/validade, a empresa será notificada pela Área de Material para a realização de troca.

1.3. Da sustentabilidade ambiental: Os itens consumíveis constantes neste Projeto Básico são compostos de material plástico e reagentes que são utilizados em alíquotas extremamente reduzidas da ordem de microlitros e quando descartados, serão coletados por empresa especializada em coleta/tratamento de lixo hospitalar.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. DA NECESSIDADE DAS AQUISIÇÕES

2.1.1. Dentre as atribuições do Instituto Nacional de Criminalística está o desenvolvimento de projetos e programas de estudos e pesquisas relacionados às áreas de exames periciais onde atua. O laboratório é uma referência nacional e também possui um papel de pioneirismo no desenvolvimento, validação e implementação de novas tecnologias.

2.1.2. Os objetos da presente contratação consistem em equipamentos e respectivos insumos consumíveis dedicados para a análise de DNA. A tecnologia requerida, conhecida inicialmente como NGS (do inglês *Next Generation System* ou sequenciamento [de DNA] de nova geração) e atualmente como MPS (do inglês *Massive Parallel Sequencing* ou sequenciamento massivo paralelo), está em uso no mundo a menos de 10 anos e está revolucionando toda a área da biologia molecular por permitir a produção de uma grande quantidade de dados genéticos em um tempo muito menor que a tecnologia anterior, atualmente em uso no laboratório da Área de Perícias em Genética Forense.

2.1.3. Mais recentemente a tecnologia MPS passou a ter aplicações desenvolvidas e validadas para uso forense. Laboratórios de genética forense de renome internacional, incluindo o laboratório do FBI (*Federal Bureau of Investigation*), já implementaram ou estão em avançado processo de implementação da tecnologia.

2.1.4. O sequenciamento MPS permite extrair uma quantidade muito maior de dados genéticos a partir dos vestígios criminais e vem resolvendo casos extremos, onde não se obteve conclusões satisfatórias com a tecnologia anterior.

2.1.5. Peritos da APGEF já tiveram contato com a tecnologia através de projeto de pesquisa desenvolvido pelo Instituto, por meio de uma cooperação científica com a Universidade Estadual Paulista (UNESP) campus Araraquara, e puderam comprovar o seu potencial através da análise de pares de amostras de DNA de diferentes indivíduos que, com as ferramentas disponíveis hoje na APGEF, não poderiam ser diferenciadas quanto ao exame de DNA mitocondrial, mas que passaram a ser diferenciadas com a análise em MPS.

2.1.6. Dado o papel de pioneirismo exercido pelo Instituto Nacional de Criminalística, considerando todo o potencial da nova tecnologia e considerando que já há um movimento mundial para migração para os novos métodos de análise, solicita-se a aquisição do equipamento e dos respectivos insumos para a implementação da tecnologia de sequenciamento MPS no laboratório da APGEF.

2.2. DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

2.2.1. Existem hoje no mercado mundial dois equipamentos com aplicações dedicadas à análise forense por MPS. A escolha da APGEF pelo equipamento *Illumina MiSeq FGx*, comercializado com exclusividade no território nacional pela ILLUMINA BRASIL PRODUTOS DE BIOTECNOLOGIA Ltda, se dá por razões estritamente técnicas que conferem a este sistema características únicas e importantes para a genética forense, quais sejam:

2.2.1.1. A capacidade de resolução de regiões homopoliméricas no DNA, notadamente regiões com grandes quantidades de bases nitrogenadas “C” no DNA mitocondrial humano, comum no nosso DNA mitocondrial;

2.2.1.2. A tecnologia do equipamento *Illumina* permite a leitura de um determinado fragmento de DNA nas duas direções da molécula (leitura do tipo “*paired-end*”), isso possibilita a leitura de fragmentos maiores e com excelente qualidade (a leitura em uma direção é “confirmada” pela leitura na direção oposta). Fragmentos maiores, por sua vez, conferem maior qualidade nas sequências obtidas e uma menor incidência de erros de análise, notadamente em regiões homopoliméricas.

2.2.1.3. O equipamento concorrente, para alcançar a mesma qualidade, necessita fazer um número bem maior de leituras de um mesmo fragmento, e mesmo assim não é tão eficiente na interpretação das regiões homopoliméricas.

2.3. DO QUANTITATIVO NECESSÁRIO

2.3.1. As quantidades dos produtos a serem adquiridos foram estipuladas considerando: 1) Informações contidas no Sistema Criminalística – SisCrim, que é o sistema oficial de gerenciamento de documentações e materiais utilizado por todas as unidades de perícia do Departamento de Polícia Federal. Tal sistema possui relatório informativo com o número de casos pendentes sendo que em média, são processadas cinco amostras por caso, estimando-se, portanto, a quantidade de insumos a serem adquiridos; 2) mensuração do consumo dos insumos em estoque, mediante comparação do levantamento anual de estoque do exercício 2016 com o 2017; 3) Planejamento para a operacionalização de identificações criminais com fulcro na Lei nº 12.654/2012.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002. De acordo com a referida lei, consideram-se bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O prazo de entrega dos bens é de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do Contrato no Diário Oficial da União, em remessa única, na Área de materiais (ARMAT) do Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal, localizada no endereço SPO Quadra 7 Lote 23, Setor Policial Sul, Brasília/DF. CEP: 70610-200 no horário de 08:00 às 12:00 e 14:00 às 17:00 de segunda a sexta feira, exceto feriados. A empresa beneficiada será responsável pela confirmação do local e horário para a entrega dos materiais, mediante contato telefônico com a seção de almoxarifado pelo telefone (61) 2024-9828.

4.2. No caso dos produtos perecíveis (consumíveis do equipamento Ilumina), o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 10 (dez) meses ou dois terços do prazo total recomendado pelo fabricante. Em caso do material apresentar problemas no decorrer da sua garantia/validade, a empresa será notificada pela Área de Material para realização de troca.

4.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 30 (trinta) dias corridos, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato com o auxílio de servidor disponibilizado pela Administração, plenamente capacitado para analisar e avaliar questões técnicas que envolvem a instalação e funcionamento do equipamento bem como dos consumíveis, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, mesmo que as condições em desacordo sejam percebidas após o recebimento definitivo. Os bens rejeitados devendo ser substituídos no prazo de (60) sessenta dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4.1. Na situação de desconformidade, a Administração notificará a CONTRATADA, por escrito,

no máximo em 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento provisório dos bens, informando qual(is) item(ns) deverá(ão) ser substituído(s).

4.4.2. O prazo de substituição acima proposto, terá início a partir da confirmação de recebimento, pela, CONTRATADA, da notificação de reprovação.

4.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de trinta (30) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação e confirmação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado ou atesto da nota fiscal.

4.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou de vícios, defeitos verificados e comprovados no momento do efetivo uso dos bens recebidos.

4.7. No ato da entrega, caso o(s) produto(s) ofertado(s) tenha(m) saído de linha de produção do fabricante, deverá(ao) ser entregue(s) aquele(s) que substituiu(íram) o(s) antigo(s), ou seja, o(s) mais atualizado(s), sem ensejar ônus adicional para a CONTRATANTE, devendo ser apresentada a respectiva comprovação da descontinuidade.

4.8. A empresa vencedora se responsabiliza, integralmente, por quaisquer avarias, violações e eventuais problemas ocorridos durante o transporte dos produtos até o local de sua efetiva entrega.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.3. Consoante o artigo 45 da Lei nº9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano

de difícil ou impossível reparação.

6.OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo e procedência e prazo de garantia ou validade;*

6.1.1.1.O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, qual seja 60 (sessenta) dias corridos, os objetos com avarias ou defeitos;

6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato

6.1.7. Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento de amostras e dos materiais ora adquiridos, para verificação de conformidade e qualidade exigidas pela CONTRATANTE.

6.1.8. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do objeto deste Projeto Básico.

6.1.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas

com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVA

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

10.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.3. fraudar na execução do contrato;

10.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

10.1.5. cometer fraude fiscal;

10.1.6. não mantiver a proposta.

10.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

10.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

10.3. Multa moratória de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias; sem prejuízo das demais penalidades. Multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento), por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30º (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

10.3.1. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.3.2. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

10.3.3. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

10.3.4. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

10.3.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

10.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

10.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

10.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11. AVALIAÇÃO DE CUSTO

11.1. O custo estimado total da presente aquisição é de **R\$ 1.132.209,92 (Hum milhão cento trinta dois mil duzentos e nove reais e noventa e dois centavos)** de acordo com cotação fornecida pela empresa:

ITEM	DESCRIÇÃO
01	Analizador genético por tecnologia MPS Nº do catálogo: SY-411-1001 Bundle VALOR UNITÁRIO: R\$ 601.964,35 QUANTIDADE REQUERIDA: 01 VALOR REQUERIDO: 01 X R\$ 601.964,35 = R\$ 601.964,35
02	Kit Forense de Sequência de assinatura de DNA Nº do catálogo: TG-450-1001 VALOR UNITÁRIO: R\$ 70.145,48

	<p>QUANTIDADE REQUERIDA: 03</p> <p>VALOR REQUERIDO: 03 X R\$ 70.145,48 = R\$ 210.436,44</p>
03	<p>Kit de Reagente MiSeq FGx</p> <p>Nº do catálogo: TG-143-1001</p> <p>VALOR UNITÁRIO: R\$ 6.335,72</p> <p>QUANTIDADE REQUERIDA: 12</p> <p>VALOR REQUERIDO: 12 X R\$ 6.335,72 = R\$ 76.028,64</p>
04	<p>Kit Reagente MiSeq v3 (600-ciclo)</p> <p>Nº do catálogo: MS-102-3003</p> <p>VALOR UNITÁRIO: R\$ 6.924,04</p> <p>QUANTIDADE REQUERIDA: 24</p> <p>VALOR REQUERIDO: 24 X R\$ 6.924,04 = R\$ 166.176,96</p>
05	<p>Kit de preparação da biblioteca de DNA Nextera XT</p> <p>Nº do catálogo: FC-131-1096</p> <p>VALOR UNITÁRIO: R\$ 13.712,31</p> <p>QUANTIDADE REQUERIDA: 5</p> <p>VALOR REQUERIDO: 5 X R\$ 13.712,31 = R\$ 68.561,55</p>
06	<p>Kit Nextera XT Index (96 índices, 384 amostras)</p> <p>Nº do catálogo: FC-131-1002</p> <p>VALOR UNITÁRIO: R\$ 4.520,99</p> <p>QUANTIDADE REQUERIDA: 2</p> <p>VALOR REQUERIDO: 2 X R\$ 4.520,99 = R\$ 9.041,98</p>

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do atesto da nota

fiscal, a ser processado, mediante Ordem Bancária creditada em conta-corrente indicada pela empresa, conforme dispõe o Art. 40, Inciso XIV, alínea "a", da Lei 8.666/93, combinado com Art. 73, Inciso II, do mesmo diploma legal.

12.2. Nenhum pagamento será efetuado à empresa beneficiária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta de entrega do material.

12.3. Será procedida consulta "ON LINE" junto ao SICAF antes do pagamento a ser efetuado à empresa beneficiária, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação exigidas na licitação, ou por meio da documentação anexada a fatura relativa aos Incisos III e IV, Art 29 da Lei n. ° 8.666/93.

12.4. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente, e o pagamento susinado até que a empresa providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte desta Diretoria.

12.5. Em cumprimento ao disposto no Art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/96, a DITEC reterá, na fonte, o imposto sobre a renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, bem assim a contribuição sobre o lucro líquido, a contribuição para a seguridade social - COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar a pessoas jurídicas que não apresentarem a cópia do Termo de Opção.

12.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde a data final do período de adimplimento de cada parcela até a data do efetivo pagamento e desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela CONTRATANTE, serão calculados à 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, entre a data referida no primeiro subitem do 'PAGAMENTO' e a correspondente ao efetivo pagamento, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela em atraso.

12.7. A atualização financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.

13- RESPONSÁVEL PELO PROJETO BÁSICO

O presente Projeto Básico foi elaborado pelo abaixo assinado, no uso das suas atribuições legais e normativas aplicáveis, sendo objeto do exame e, no caso de concordância, da aprovação pelo Diretor Técnico-Científico da Polícia Federal, integrando o processo administrativo formalizado com vistas à instauração do certame licitatório e constituindo-se em Anexo do Edital.

Brasília/DF, 10 de novembro de 2017

RONALDO CARNEIRO DA SILVA JUNIOR

PERITO CRIMINAL FEDERAL

Responsável pela APGEF/DPER/INC/DITEC/PF

De acordo.

JURANDIR SEVERO DA SILVA

Perito Criminal Federal

Chefe da Divisão de Perícias-DPER

Aprovo este Projeto Básico em _____ de _____ de 2017

JOSÉ JAIR WERMANN

Diretor Técnico-Científico

PERITO CRIMINAL FEDERAL



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO CARNEIRO DA SILVA JUNIOR, Perito(a) Criminal Federal**, em 10/11/2017, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JURANDIR SEVERO DA SILVA, Chefe de Divisão**, em 13/11/2017, às 14:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE JAIR WERMANN, Diretor(a)**, em 13/11/2017, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4624122** e o código CRC **25AC0D23**.